

# **Pesquisa qualitativa em saúde mental: alguns apontamentos**

**Roselania Franciscone Borges**

**Cristina Amélia Luzio**

Faculdades de Ciências e Letras de Assis – UNESP

**Resumo:** Este artigo propõe uma reflexão sobre o processo de pesquisa em saúde mental destacando a pesquisa qualitativa como recurso fundamental para a produção de conhecimentos a respeito do processo saúde/doença mental. A partir do referencial teórico do materialismo histórico dialético parte-se da proposição de que o objeto de estudo das ciências sociais - o homem como ser histórico - está em constante transformação. Sendo assim, demanda metodologias que possam construir análises embasadas na realidade concreta dos sujeitos em suas relações para produzir a vida. Nesta perspectiva, refletir sobre o adoecimento psíquico e os modos de enfrentá-lo pode contribuir para a formação de novas concepções a respeito dos modelos de atenção atualmente vigentes: o modelo asilar e o psicossocial.

**Palavras-chave:** pesquisa qualitativa, saúde mental, atenção psicossocial

A vida não tem respostas.  
Tem propostas.  
Viver é, basicamente, desconhecer.

Artur da Távola, 1985.

## ***I. A ciência em questão***

A epígrafe destacada intenta aludir à idéia de que desde os primórdios da civilização o homem almejou compreender as questões humanas, porém nem sempre obteve respostas. Ou melhor, sempre encontrou formas de obtê-las, porém na maioria das vezes, estas não vieram ou vem envoltas em fatores que propiciem o convencimento ou a aceitação unânime. Ao contrário, demandam mais dúvidas e questionamentos do

que propriamente esclarecimentos. Em função disso, tal como o suplício de Prometeu<sup>1</sup>, o homem continua, incessantemente, investigando o que ocorre ao seu redor.

Narra a mitologia que Prometeu roubou o fogo dos deuses para dá-lo aos homens – suas criaturas – a fim de dar-lhes vida e saber (consciência e intelecto) e que estes, acometidos dessa nova condição, passaram a desafiar os deuses afrontando-lhes com sua inteligência e capacidade de raciocinar, criando novas condições para sua existência. Este homem, que desde Prometeu buscava superar sua condição de submissão aos deuses, à natureza ou ao desconhecido, passados milhares de anos ainda insiste na busca incansável de explicações para aquilo que lhe rouba a autonomia e a auto-suficiência: o desconhecido, o imprevisível, o imponderável. Nesse sentido, persegue meios para conhecer e explicar sua realidade, seu espaço e seu tempo.

Essa idéia é compartilhada por Minayo (1994) ao comentar que o homem sempre procurou formas de explicar sua existência e os fenômenos que ocorrem à sua volta. Tais explicações são buscadas em relação ao que cerca “a vida e a morte, o lugar dos indivíduos na organização social, seus mecanismos de poder, controle e reprodução.” (p. 09)

Ao longo da história foram surgindo explicações para os mais variados fenômenos e para as diversas situações. Tais explicações foram e ainda são buscadas de inúmeras formas: nos mitos, na arte, na religiosidade e na ciência. Esta, na sociedade ocidental, é a forma hegemônica de explicação da realidade. Tal hegemonia é aceita amplamente pela comunidade científica em geral e também por leigos que buscam respostas racionais para os fenômenos e vivências dos quais são parte ou deles recebem os resultados. Porém, uma parcela cada vez mais significativa dos segmentos sociais, sejam eles científicos ou leigos, aponta conflitos e contradições na ciência e busca rever seus conceitos e critérios com o fim de experimentar novos olhares para o que é humano e, por conseguinte, social. Uma das mais prementes controvérsias é o embate existente entre os parâmetros de cientificidade aplicados para as ciências sociais em relação aos aplicados para as ciências da natureza. Porém, anterior a este está o debate sobre o conceito de ciência.

Muitas são as contribuições em torno do questionamento e da oposição ao empirismo e a indução como métodos próprios da ciência. Entre elas destacam-se as proposições de Kuhn (1978), cuja epistemologia, pautada na *tese da incomensurabilidade de paradigmas*, traz a sociologia para dentro das ciências incorporando[0] a elas as relações sociais; Popper (1972), com a proposta do *princípio da falseabilidade*, lançando dúvidas sobre a ciência demonstrativa; e, Feysabend (1989) que, com sua *teoria anarquista* critica o racionalismo científico e propõe o pluralismo metodológico.

---

1 Na mitologia Prometeu representa o suplício de existir. Ele, que tinha apreço pela espécie humana, em certo tempo sentiu necessidade de subir ao Olimpo para roubar o fogo dos deuses e trazê-lo para os mortais. Enfurecido com o roubo, Zeus pede a Hefesto que o acorrente a uma pedra no alto do Cáucaso, de onde não pode sair. Todos os dias uma águia enviada por Zeus come-lhe parte do fígado, que se regenera, para, no dia seguinte, ser de novo mordido, num suplício duradouro. (Vernant, 2000)

Estas e outras proposições fortaleceram o debate em torno dos conceitos de cientificidade e não-cientificidade pautados na racionalidade e objetividade, além de apontar mudanças paradigmáticas na ciência.

Para Santos (1999, p. 09) convivemos atualmente com o fim de um ciclo de hegemonia de um modo de pensar o que é científico e, concomitantemente, com a eclosão de “uma nova ordem científica emergente”. Ele alerta para o fato de que estamos em um momento claro de crise do paradigma científico dominante, iniciado com a teoria da relatividade de Einstein. O autor também assinala que esta crise é profunda e irreversível, não sendo possível ainda saber quando ela findará. Afirma ele que, embora ainda não se saiba exatamente que espécie de novo paradigma emergirá, pode-se pontuar que o emergente colapsará as bases fundantes do paradigma dominante atual.

Um dos marcos dessa mudança histórica é a falta de distinção entre “ciências naturais e ciências sociais”. As ciências sociais se colocam como pólo catalisador entre as duas concepções no sentido de encaminhá-las a uma síntese que, de um lado recusará o positivismo lógico ou empírico, e de outro revalorizará a área dos estudos humanísticos pautada não mais em uma teoria geral, mas em “galerias temáticas” compostas pelo conhecimento que virá da prática e “será o fazer e o dizer da filosofia da prática.” (Santos, 1999, p. 10)

Stengers (2006) ao se referir a esta proposição de Boaventura Souza Santos afirma que atualmente é considerado científico, na imensa maioria das vezes, o que produz resultados concretos. Nesse contexto, o que parte da prática tende a ser desvalorizado delimitando o que ela denomina de “a Grande Separação” entre as ciências da natureza e o senso comum. Para a autora, cada saber “que conta” tem necessidades dos outros, sem os quais a “maneira como ele conta” não poderá ter um alcance pleno, destruindo aquilo com que teria que se articular. Segundo ela, isto nos situaria “para além da Grande Separação.” (p. 148)

Na continuidade do debate entre ciência e senso comum existe ainda o permanente questionamento entre as especificidades e peculiaridades das ciências sociais e das ciências da natureza. Sobre uma provável oposição entre elas, Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2004, p. 26) afirmam que “mais do que uma falta de consenso”, uma análise criteriosa de ambas “indica uma flexibilização dos critérios de cientificidade” e não ausência ou negação destes.

No contexto dessa discussão, quando nos propomos a trabalhar com pesquisa social tal questão fica ainda mais evidente em função de que o trabalho se dá, na maioria das vezes, em torno da especificidade e da diferenciação. Além do mais, trabalhamos mais com princípios do que com procedimentos.

Sobre estes aspectos Minayo (1994) aponta que o trabalho científico caminha sempre em duas direções, onde numa delas

...elabora suas teorias, seus métodos, seus princípios e estabelece seus resultados; noutra, inventa, ratifica seu caminho, abandona certas vias (. . .) e ao fazer tal percurso, os investigadores aceitam os critérios da historicidade, da colaboração e, sobretudo, imbuem-se da humildade de quem sabe que qualquer conhecimento é aproximado, é construído.” (p. 12-13)

## **II. O campo da pesquisa qualitativa**

Trabalhar com ciências sociais, portanto, exige que se considerem algumas especificidades. A primeira delas é que seu objeto é histórico. Isto significa que as sociedades humanas existem num determinado espaço, cuja formação social e configuração são específicas. Outra, é que o objeto de estudo das ciências sociais possui consciência histórica e esta é dada de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas, com a organização particular da sociedade e de sua dinâmica interna. Outra característica é a identidade entre sujeito e objeto da investigação. Ambos são seres humanos que, embora diferentes por razões culturais, de classe, faixa etária etc, têm uma gênese que os torna solidariamente imbricados e comprometidos. Outra especificidade que ninguém ousa negar atualmente é que toda ciência é comprometida. Ela vincula interesses e visões de mundo historicamente construídas. E, por último, o objeto das ciências sociais é qualitativo. Por isso exige uma metodologia apropriada para abordar o conjunto das expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nos sujeitos, nos significados e nas suas representações. Assim, “numa ciência onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador é, ele mesmo, uma parte dessa observação.” (Lévy Strauss, apud Minayo, 2008, p. 21)

Desse modo, a rigor, qualquer investigação social deverá contemplar uma característica básica de seu objeto: o aspecto qualitativo. Isto implica em considerar o sujeito como humano, pertencente a um determinado grupo social ou classe, imbuído de crenças, valores e significados. Implica também considerar que o objeto das ciências sociais é complexo, contraditório, inacabado e em permanente transformação.

Abordando a questão da pesquisa, Tomanik (2004 p. 14)) adverte que “os conhecimentos produzidos são passíveis de questionamentos e constantes verificações.” Essa característica faz com que haja confirmação de afirmações ou superação de hipóteses inicialmente confirmadas. Para o autor, a ciência é uma criação humana e, portanto, “condicionada às condições postas em cada período histórico.”

A esse respeito Demo (1995) afirma que “só pode ser registrado como científico o que se mantiver discutível”. Ele acrescenta que “construir ciências sociais não é pretender produtos acabados, verdades definitivas, mas cultivar um processo de criatividade marcado pelo diálogo consciente sobre a realidade social que se quer compreender” (p. 14). Assim, ele coloca alguns critérios, tais como: em ciências sociais trabalha-se com um objeto construído historicamente: o homem; nesse sentido, o pensamento não esgota o pensado, pois a realidade analisada é sempre mais rica que a análise; a ciência é também um produto social, nunca é maior ou melhor do que a mão que a faz, ela leva a marca do homem, por isso contém modismos conjunturais, artificialidade etc.

Concordando com estas premissas Tomanik (2004) situa a atividade científica como qualquer outra atividade humana que é realizada dentro de um contexto social e é influenciada, ou mesmo determinada, por esse contexto. Assim, numa sociedade que se apresenta desigualmente dividida, qualquer atividade estará sempre situada entre dois pólos: aquele que contribui para a manutenção e reprodução do sistema vigente de desigualdade ou aquele que poderá oportunizar a possibilidade de superação desse sistema desigual. Abordando a questão da neutralidade na ciência ele afirma que entre

estes dois pólos, mesmo que o pesquisador assim o queira, nenhuma neutralidade será possível.

Situando a preocupação do homem moderno em buscar o conhecimento, Chauí (1987) coloca que na modernidade em relação ao conhecimento científico, grandes problemas se configuram, sendo um dos mais importantes a questão de como saber se as idéias representadas correspondem às coisas representadas. Dessa dificuldade nasce o método como instrumento capaz de permitir a representação correta das coisas, o controle dos passos efetuados para que se possa utilizar a dedução ou a inferência. A palavra método (do grego *methodos*: caminho certo, correto, seguro) vem da concepção da matemática que é considerada como conhecimento completo, perfeito e inteiramente dominado pela inteligência e que possui dois elementos fundamentais: a ordem e a medida. Nessa perspectiva, conhecer é relacionar. Relacionar é estabelecer um nexo causal que é produzido pelo estabelecimento das semelhanças e diferenças entre as coisas (pessoas, objetos, afetos etc). A medida oferece o critério para as semelhanças e diferenças. A ordem estabelece qual o termo que se relaciona com outro e em qual seqüência necessária, de sorte que forma uma série ordenada, sintetizando o que foi analisado pela medida e permitindo passar do desconhecido ao conhecido. Desta forma, o método, ciência universal da ordem e da medida, pode ser analítico ou sintético. Em qualquer dos casos ele é considerado *dedutivo* pelos racionalistas intelectuais e *indutivo* pelos racionalistas empiristas.

Passados muitos séculos destas proposições iniciais sobre a ciência moderna o debate em torno da metodologia das ciências ainda vive e alimenta discussões e posicionamentos divergentes em torno dessas questões. Para algumas correntes teóricas a metodologia ocupa um lugar central no trabalho de investigação científica no sentido de se constituir como uma “lente” de leitura de uma dada realidade. Lente esta que é estabelecida e condicionada em função do referencial teórico utilizado. Nesta perspectiva “é diferente pensar a metodologia de uma pesquisa de inspiração funcionalista, ou marxista, ou fenomenológica ou que utilize a abordagem sistêmica.” (Minayo, 2008, p. 45)

Na perspectiva da pesquisa social – de orientação qualitativa - a metodologia assume um papel fundamental já que esta é compreendida entre “os vários tipos de investigação que tratam do ser humano em sociedade, de suas relações e instituições, de sua história e de sua produção simbólica”. Sendo assim, as “investigações sociais estão relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente concatenadas” Nessa abordagem, o método qualitativo

. . . é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam.” (Minayo, 2008, p. 47)

### ***III- O método materialista histórico dialético***

Uma das formas utilizadas para realizar pesquisa qualitativa é o método criado por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) e por eles denominado de método materialista histórico dialético cujo parâmetro metodológico é o materialismo histórico dialético que, a rigor, pressupõe que o objetivo da pesquisa não é descrever o

fato, mas achar diferenças e semelhanças. O método marxista tem como preocupação básica compreender e evidenciar o movimento que se manifesta nas formas, ou seja, o movimento da história.

De acordo com Fernandes (1984) Marx e Engels procederam à crítica da especulação filosófica, da dialética hegeliana, da economia política e do socialismo utópico e isso os converteu em *fundadores da ciência da história* [(itálicos nossos)], em um contexto histórico onde estavam excluídos do âmbito acadêmico (da ciência oficial) e diante de imperiosa perseguição policial e política. Seus escritos nasceram do combate cotidiano. Consideravam que a verdadeira ciência era a história. Enquanto a economia política dissociava a economia do contexto social e político, Marx e Engels insistiam no caráter concreto dos fatos básicos da produção e reprodução das formas materiais de existência social. Concebiam o modo de produção capitalista como uma categoria histórica e opunham-se também à redução abstrata das relações econômicas a um tipo ideal e à pulverização dos eventos e processos históricos entre várias ciências históricas especiais, porém nunca abandonaram o recurso à filosofia.

Dessa forma, o materialismo histórico dialético designa um conjunto de doutrinas filosóficas que, ao rejeitar a existência de um princípio espiritual, liga toda a realidade à matéria e às suas modificações. É uma tese do marxismo, segundo a qual o modo de produção da vida material condiciona o conjunto da vida social, política e espiritual. É um método de compreensão e análise da história, das lutas e das evoluções econômicas e políticas. Marx parte da idéia de que em toda a história o homem não é único: na idade antiga ou ele era escravo ou cidadão; na idade média era servo ou senhor; na idade moderna é proletário ou patrão, ou seja, ou ele detém os meios de produção ou vende sua força de trabalho. (Fernandes, 1984)

Nesse sentido, a lógica dialética incorpora a lógica formal por superação. Em função disso, ocorre a necessidade de uma profunda compreensão do que seja oposição e contradição. A questão é reconhecer que não são opostos confrontados exteriormente, mas são interiores um ao outro. Essa proposição é uma das leis do materialismo histórico: *a lei de unidade e luta dos contrários* [itálico nosso]. Essa é a contraposição marxista aos dualismos dicotômicos dos princípios de identidade e exclusão da lógica formal. A posição materialista dialética conserva o método dialético na análise, retirando seu conteúdo metafísico, ou seja, modifica o papel do pensamento na determinação do real procurando demonstrar que tal unidade contraditória pode ser descrita e comprovada empiricamente. Outras duas leis são denominadas por Marx como a *lei da transformação da quantidade em qualidade* [(itálicos nossos)], segundo a qual as mudanças quantitativas dão origem a mudanças qualitativas revolucionárias e a *lei da negação da negação* [(itálicos nossos)] pela qual um contrário nega o outro e é, por sua vez, negado por um nível superior de desenvolvimento histórico que preserva alguma coisa de ambos os termos negados - processo por vezes representado no esquema triádico de *tese, antítese e síntese* [(itálicos nossos)]. (Richardson, 1999)

Nessa perspectiva a pergunta materialista dialética é: se o pensamento determina a realidade, o que determina o pensamento? A própria realidade. Marx e Engels, na Ideologia Alemã assim explicam:

*Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como o modo como produzem* [(itálicos nossos)]. (. . .) A produção de idéias, de representações, da

consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. (. . .) *Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência* [(itálicos nossos)].” (1977, p. 37)

Marx e Engels falam de homens em relação na sua forma de produção da vida. Com isso rompem com a antologia de que o ponto de partida para a transformação da sociedade é a mudança do indivíduo. Para eles não há mudança sem mudar as relações sociais. Sendo assim, a análise histórica proposta através do método do materialismo histórico dialético parte da questão de que a produção e a troca de produtos é o pilar de toda ordem social existente em todas as sociedades que desfilam pela história. A história social dos homens nada mais é do que a história do seu desenvolvimento individual: tenham ou não consciência disso. Suas relações materiais são a base de todas as suas relações. Essas relações materiais não são mais do que formas necessárias em que se realiza a sua atividade material e individual. As formas econômicas, sob as quais os homens produzem, consomem e trocam, são transitórias e históricas. Conseguindo novas forças produtivas, os homens modificam seu modo de produção e modificam as relações econômicas que eram necessárias apenas para esse modo de produção determinado. É esse o movimento da história. Desconsiderando esse movimento estamos atuando no plano das idéias. Os homens, ao desenvolverem as suas forças de produção, isto é, ao viverem, desenvolvem certas relações entre si, e o modo de ser dessas relações muda necessariamente com a mudança e o crescimento dessas forças de produção. (Fernandes, 1984)

Nesta perspectiva, Minayo (2008, p. 25) assevera que a dialética marxista “abarca não somente o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que constituem a vivência das relações objetivas pelos atores sociais que lhe atribuem significados”. Segundo ela, atualmente é preciso dar sustentação às pesquisas qualitativas para que estas contribuam para as análises sociais. Estas são entendidas como aquelas capazes de realizar a incorporação do “*significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais*, sendo estas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas.” (grifos da autora, p. 22)

#### ***IV. Pesquisa qualitativa em saúde mental***

Abordando a questão da pesquisa em saúde mental Onocko Campos (2008) afirma que a Política Nacional de Saúde Mental a partir da década de 80 passou a incorporar as diretrizes gerais do Sistema Único de Saúde-SUS, entre elas, o direito à saúde, a integralidade da atenção e à igualdade da assistência. Juntamente com o acesso às ações de saúde, “realizou-se, em alguma medida, uma reforma do paradigma teórico psiquiátrico tradicional que levou a realizar-se uma extensão do cuidado valendo-se de um modelo de atenção inovador”. Essa nova conformação promoveu a construção de “um novo paradigma de conhecimento” evidenciado pela singularidade de um novo modelo de atenção em saúde mental que teve como desdobramentos “novos arranjos organizacionais, como o são os Centros de Atenção Psicossocial, as Residências Terapêuticas”, entre outros serviços denominados de extra-hospitalares. (p. 98)

Segundo Amarante (2007) este novo modelo resultou dos princípios da reforma psiquiátrica brasileira em suas dimensões teórico-conceitual, técnico-assistencial, jurídico-política e sociocultural.

Porém, um olhar criterioso e apurado nos leva a considerar que este é um processo ainda em construção. A atenção psicossocial calcada nos serviços extra-hospitalares convive, lado a lado, com a permanência do modelo asilar (Costa-Rosa, 2006), centrado na internação em hospital especializado em psiquiatria, como forma clássica de tratamento das pessoas com transtornos mentais.

Para Campos (2008) as dificuldades de se pensar esta temática não se situam somente na questão da co-existência de dois modelos de atenção e do embate que se trava entre eles. Esta existe também para a produção de conhecimento em saúde mental haja vista que o trabalho recai “sobre o sujeito humano, sobre sua constituição e sobre os modos de ele interferir nesses processos”. Nesse aspecto, ele aponta algumas questões:

O conhecimento emerge ou pode ser arrancado a saca-rolhas do sujeito adoecido? Qual o papel e importância do pesquisador e de seus óculos (métodos, filtros, instrumentos de análise) na busca de evidências ampliadas sobre a potência e impotência dos vários modos e arranjos de intervenção sobre o processo saúde-doença?” (p. 101)

Trazendo uma luz a esta polêmica, Minayo (2008, p. 18) coloca que a utilização da abordagem qualitativa na pesquisa em saúde mental pode permitir que o pesquisador entre em contato com a história, as relações, as representações, as crenças, as percepções e as opiniões dos sujeitos. E,

...ao valorizar a figura do sujeito e de seus significados na produção dos resultados, esse tipo de avaliação atesta que nenhum processo e nenhum produto são apenas funções técnicas que ocorrem à revelia dos atores ou como mandato sem mediações, provenientes dos formulários de políticas e dos gestores.”

Para Onocko Campos e Furtado (2008) essa possibilidade pode construir “novos olhares narrativos”, especialmente se nela for inserida a formulação de estratégias de pesquisa participativa. A partir disto, “seria esse um convite a experimentar certa modalidade de pesquisa-intervenção cujos rumos e caminhos não estariam desenhados a priori pelos pesquisadores”. Essa proposição pode ser “uma estratégia a ser explorada que talvez possa ser considerada um pouco mais aberta às novidades do mundo e da vida.” (p. 333)

## ***V. Considerações finais***

Refletir sobre estas novas possibilidades, em nosso entender, é condição necessária para avançarmos na superação de velhos paradigmas e na consolidação de novas formas de produzir conhecimento sobre saúde/doença mental. Tendo como premissa básica que o homem se produz enquanto produz sua vida e que ao se apropriar do que produziu ele tem a possibilidade de renovar suas práticas e a si mesmo numa relação dialética, teremos na pesquisa qualitativa e, especialmente, no método materialista histórico dialético um recurso fundamental para reflexão sobre as ações em

saúde mental no contexto da reforma psiquiátrica, estando estas ações de fato implantadas ou em vias de serem amadurecidas, como acreditamos ser o caso da maioria dos espaços de trabalho em saúde mental.

Borges, R. F., Luzio, C. A. (2010) Qualitative research in mental health: some issues. *Revista de Psicologia da UNESP* 10(1), 14-23.

**Abstract:** *This article proposes a reflection on the research's process of mental health highlighting the qualitative research as a fundamental resource for the production of knowledge about health / mental illness. From the theoretical reference of historical and dialectical materialism it is supposed that the social sciences' object of study - the man as a historical being - is constantly changing. Likewise it demands methodologies that can build analysis based in the concrete reality of the subjects in their relations to produce life. From this perspective, to reflect on mental illness and the ways of facing it can contribute to the formation of new concepts about care's models nowadays: the asylum model and the psychosocial.*

**Keywords:** *qualitative research, materialism historical dialectical method, mental health, psychosocial care.*

### **Referências**

- Alves-Mazzotti, A. J. & Gewandsznajder, F. (2004). As ciências sociais são ciências?  
In: Alves-Mazzotti, A. J. & Gewandsznajder, F. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2ª edição. São Paulo: Pioneira Thompson Learning.
- Amarante, P. - *Saúde Mental e atenção psicossocial*. (2007). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Campos, G. W. de S. (2008). Produção de conhecimento, avaliação de políticas públicas em saúde mental: notas reflexivas. In: Campos, R. O; Furtado, J. P.; Passos, E. & Benevides, R. *Pesquisa avaliativa em saúde mental: desenho participativo e efeitos da narratividade*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores.
- Chauí, M. *Filosofia Moderna*. USP, Disponível em:  
<http://www.scribd.com/doc/7020342/Marilena-Chaui-Filosofia-Moderna-Artigo>.  
Acesso em 25/04/2009.
- Costa-Rosa, A. da (2006). O modo psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. In: Amarante, P. (Org.) *Ensaios: subjetividade, saúde mental, sociedade*. 1ª reimpressão, RJ: Fiocruz.
- Demo, P. (1995). *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas.
- Fernandes, F. (org.) (1984). *Marx e Engels: história*. São Paulo: Editora Ática.

- Feyerabend, P. (1989). *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Kuhn, T. S. (1978). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva,
- Marx, K. (s/d). *O capital: crítica da economia política*. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Marx, K. & Engels, F. (1977). *A ideologia alemã*. São Paulo: Ciências Humanas.
- Minayo, M. C. de S. (2008). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 11 edição. São Paulo: Hucitec.
- Minayo, M. C. de S. (2008). A utilização de método qualitativo para avaliação de programas de saúde. Prefácio. In: Campos, R. O.; Furtado, J. P.; Passos, E.; Benevides, R. *Pesquisa avaliativa em saúde mental: desenho participativo e efeitos da narratividade*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores.
- Minayo, M. C. de S. (1994). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- Onocko Campos, R. O. & Furtado, J. P. (2008). Narrativas: apontando alguns caminhos para sua utilização na pesquisa qualitativa em saúde. In: Onocko Campos, R. O.; Furtado, J. P.; Passos, E. & Benevides, R. *Pesquisa avaliativa em saúde mental: desenho participativo e efeitos da narratividade*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores.
- Popper, K. (1972). *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix.
- Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.
- Santos, B. S. (1999). *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2004
- Stengers, I. (2006). Para além da Grande Separação, tornamo-nos civilizados? In: Santos, B. S. (Org.) *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. 2 ed. São Paulo: Cortez.
- Távola, A. da (1985). *Comunicação e mito*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Tomanik, E. A. (2004). *O olhar no espelho: “conversas” sobre a pesquisa em ciências sociais*. Maringá, EDUEM.
- Vernant, J. P. (2000). *O universo, os deuses, os homens*. São Paulo: Companhia das Letras.

Recebido: 16 de setembro de 2009.  
Aprovado: 10 de março de 2010.